

**A. I. Nº -** - 856.327-6/03  
**AUTUADO** - KOISABESSA DECORAÇÕES E PRESENTES LTDA.  
**AUTUANTE** - WELLINGTON CASTELLUCCI  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/ NORTE  
**INTERNET** - 09.07.03

**3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0233-03.03**

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE, APURADA ATRAVÉS DA AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Comprovada a ausência da documentação fiscal correspondente ao valor apurado em Auditoria de Caixa, justifica-se a imposição de penalidade por descumprimento de obrigação acessória. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O Auto de Infração em lide foi lavrado, em 12/03/03, para exigir a multa de R\$690,00, por falta de emissão de documentos fiscais em operações de venda, constatada através do Termo de Auditoria de Caixa e do Termo de Ocorrência anexos às fls. 2 e 3 dos autos.

O autuado apresentou defesa (fl. 8) alegando que o numerário encontrado na “gaveta da mesa do computador [...] não se referia a vendas a vista e sim recebimento de crediário (vendas parceladas)”. Afirma que, após explicar ao preposto fiscal que somente havia vendido o valor declarado, lhe foi permitida a emissão de notas fiscais no valor de R\$225,30, conforme o talão de Notas Fiscais nºs 2551 a 2600. Salienta, por fim, que o comércio atravessa uma das piores fases e pede que a multa “seja relevada, pois trata-se de réu primário”.

O autuante, em sua informação fiscal (fl. 16), mantém o lançamento, afirmando que o sócio gerente do estabelecimento, acompanhou a contagem dos valores encontrados no caixa. Embora o contribuinte tenha argumentado que a venda do dia foi de apenas R\$71,90, diz que apurou a existência no caixa da quantia de R\$225,30 e o autuado não apresentou os documentos fiscais de operações de saídas correspondentes ao valor apurado. Conclui dizendo que não havia porque não considerar tal importância como resultante da venda diária.

**VOTO**

A Auditoria de Caixa efetuada pela fiscalização nos estabelecimentos varejistas, nos moldes em que está descrita no presente processo, é procedimento fiscal largamente aceito por este CONSEF, desde que seja embasado em provas e devidamente circunstanciado.

Entendo que as provas do cometimento da infração estão acostadas aos autos. O Termo de Auditoria de Caixa, lavrado pelo autuante e juntado à fl. 2, comprova que o autuado efetuou vendas, a consumidor final, sem a emissão de notas fiscais, no dia 12/03/03, no valor de R\$225,30.

Para consubstanciar a infração, o preposto fiscal, segundo o contribuinte, exigiu que ele emitisse as notas fiscais – o talonário série D-1 nº 2551 a 2600 -, no valor da diferença apurada e, posteriormente, lavrou o presente lançamento, para cobrança de penalidade por descumprimento de obrigação acessória, tudo de acordo com o § 2º do artigo 42 da Lei nº 7.014/96.

O sujeito passivo se limitou, em sua peça defensiva, a afirmar que o dinheiro encontrado no Caixa era oriundo de recebimento de crediário (vendas parceladas), mas tal alegação não encontra respaldo nos documentos acostados aos autos, uma vez que a gerente do estabelecimento (Sra. Marineide Santos de Andrade) assinou o Termo de Auditoria de Caixa confirmando os valores apurados pela fiscalização.

Voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **856.327-6/03**, lavrado contra **KOISABESSA DECORAÇÕES E PRESENTES LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.534/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de junho de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE/RELATORA

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA